

RELATÓRIO DE CONSULTORIA À REPRESENTAÇÃO DO BID NO BRASILUMA AVALIAÇÃO GLOBAL DO PMACI - MARÇO/93

1. Introdução

O PMACI constitui hoje talvez uma das experiências mais importantes desenvolvidas na Amazônia brasileira em relação às questões ambiental e indígena. Embora o volume de recursos envolvidos seja relativamente pequeno, considerando-se a magnitude da área de abrangência (252 mil km²), e a diversidade de problemas a serem enfrentados na região, as modificações introduzidas a partir de 1990 nas formas de gestão do projeto estão produzindo resultados surpreendentes, os quais merecem uma profunda consideração, inclusive para a concepção de futuras estratégias de intervenção.

No momento em que se avalia a oportunidade de extensão do prazo final de desembolso para o PMACI é necessário que o Banco Interamericano tenha clareza quanto à relevância desse projeto, tanto a nível dos seus objetivos iniciais, como pelo apoio efetivo que vem prestando à formulação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Com a retomada do projeto ao final de 1990, após um longo período de poucas realizações, o PMACI defrontou-se com uma realidade bastante distinta em termos políticos, institucionais, e até mesmo econômicos. Tais mudanças, somadas à descentralização então verificada no projeto, determinaram inúmeras adaptações no Plano de Ação Definitivo (PAD), de modo a adequá-lo às novas necessidades e prioridades da região, e sobretudo para que o PAD se transformasse num instrumento dinâmico e integrado a outras ações em curso, mas que têm objetivos semelhantes e/ou complementares aos do PMACI.

Desta forma, uma análise estanque e burocratizada do projeto e do PAD certamente não conseguirá captar aquilo que o PMACI oferece de mais inovador: ele não somente tem se prestado a propiciar condições para que as comunidades localizadas na área de influência da BR-364, no trecho Porto Velho-Rio Branco, possam enfrentar eventuais impactos decorrentes da sua pavimentação, como também está proporcionando apoio a experiências sérias, voltadas para a formulação de modelos de ocupação e de exploração sustentáveis, experiências essas cujos resultados positivos em alguns casos são já evidentes. Acrescente-se a isso a intensa participação das instituições regionais e das comunidades beneficiárias em todo o processo, fato que tem conferido total legitimidade ao PMACI.

É importante observar que o modelo de gestão adotado (descentralizado e participativo) tem permitido que os recursos do PMACI complementem e/ou integrem-se a outras iniciativas, maximizando os resultados e evitando superposições, duplicidades ou desperdícios. Na análise que se fará a seguir, da situação atual dos diversos projetos constantes do PAD, inúmeros exemplos ilustrarão a dimensão dessa afirmativa.

Por outro lado, os problemas enfrentados pelo PMACI em 92 decorreram essencialmente de razões administrativas, estando relacionados às muitas substituições verificadas no comando do setor ambiental brasileiro. Os recursos

somente foram liberados às instituições executoras nos últimos três meses do ano, quando estavam substancialmente desvalorizados em relação à proposta orçamentária elaborada ainda no primeiro semestre. Por esse motivo, em alguns casos não foi possível o cumprimento sequer de 40% das metas previstas para 92. Ainda assim há de se destacar o esforço dos organismos executores, que levaram adiante diversas ações mesmo antes dos recursos serem liberados, demonstrando sua confiança no projeto.

2. Análise da situação atual dos projetos do PAD

2.1 Programa: Ordenamento Territorial

A) Projeto: Ordenamento do Território

Esse projeto foi praticamente cumprido em anos anteriores. Para concluí-lo seria necessário reunir todos os dados e informações coletados através dos levantamentos efetuados pelo IBGE; preparar uma primeira versão de um documento final contendo os resultados alcançados; distribuir essa versão a instituições nacionais e regionais que poderiam contribuir criticamente com suas análises e/ou informações atualizadas; e por fim elaborar e editar a versão final do documento.

b) Projeto: Diretrizes Ambientais

Esse projeto foi totalmente executado em anos anteriores.

2.2 Programa: Áreas de Proteção

A) Projeto: Floresta Nacional (FLONA) do Bom Futuro

Através do PMACI foi realizada em anos anteriores a demarcação da área, construída e equipada uma sede administrativa, e adquiridos equipamentos para fiscalização da FLONA. Contudo, com o desenvolvimento do trabalho de localização de índios isolados realizado pela FUNAI em região adjacente à FLONA, constatou-se que também no interior dessa Floresta Nacional encontravam-se índios sem contato. Assim, a prioridade passou a ser a atuação das equipes da FUNAI dentro da FLONA, tomando-se a decisão de não mais se investir nesse projeto até que esteja claramente delimitada a área ocupada pelos índios, o que deverá ocorrer até o final deste ano.

B) Projeto: Floresta Nacional do Macauã

A proposta constante do PAD era demarcar topograficamente essa área e implantar uma infraestrutura mínima de apoio às equipes que iriam elaborar o

inventário e o plano de manejo da FLONA. Contudo, após a criação das "Reservas Extrativistas" ocorreu total modificação nas prioridades do órgão executor da política ambiental brasileira. (Importante: Ver comentários mais abaixo sobre o Projeto: Criação de Unidades de Conservação do IBAMA.)

Atendendo às reivindicações do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) a viabilização da Reserva Extrativista Chico Mendes passou a ser prioritária para o IBAMA, em relação à demarcação da FLONA Macauã. Observe-se que esta Floresta Nacional está localizada em área de difícil acesso, é habitada por reduzido número de famílias (cerca de 50), e é área sem ação antrópica recente e significativa. Por esse motivo considerou-se que esse projeto não deveria ser executado no âmbito do PMACI, o qual responsabilizou-se porém pela demarcação da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizada em 1991.

Em 1991 a Superintendência do IBAMA no Acre enviou, com recursos próprios, uma equipe para realizar reconhecimento de campo e efetuar alguns levantamentos da região, em particular o cadastramento dos moradores e das atividades por eles desenvolvidas no interior da FLONA. Para 93 o IBAMA planeja enviar 4 outras equipes à FLONA, sempre porém com recursos próprios.

Assim, no âmbito do PMACI esse projeto pode ser enquadrado como cancelado, ressaltando-se sempre que tal não significa redução e sim reprogramação de metas.

C) Projeto: Floresta Nacional do Purus

A demarcação dessa FLONA foi concluída no início de 1991. Atualmente existe um processo sendo analisado pela Procuradoria Jurídica do IBAMA, para alterar o limite norte dessa Floresta, o que deverá reduzi-la em cerca de 50 mil hectares. Essa revisão tornou-se necessária com a redefinição dos limites das Áreas Indígenas vizinhas (Inauini/Teuini), constatando-se que a FLONA incidia sobre as terras habitadas pelos índios. Ver para tanto, mais adiante, o Projeto: Demarcação de Áreas Indígenas.

Por outro lado, o IBAMA criou no sul do Amazonas uma outra FLONA - Mapiá-Inauini - a qual não estava prevista no PAD e possui uma área de 311 mil hectares. Com isso ampliou-se consideravelmente a área total protegida nessa região. Essa FLONA faz limites com a FLONA Purus e com as Áreas Indígenas Inauini/Teuini, e Camicua.

Considerando essa nova realidade em termos de unidades de conservação, o PMACI foi obrigado a rever suas prioridades em relação à FLONA Purus, mais ainda pelo fato de existir comunidade religiosa e extrativista residindo na FLONA Mapiá. Em função da demora na liberação de recursos em 92, não foi possível levar equipe até essa região para efetuar estudos técnicos e discutir com a comunidade as necessidades e prioridades atuais.

D) Projeto: Criação de Unidades de Conservação do IBAMA

De acordo com o PAD, elaborado em meados de 1988, seriam estudadas três áreas (Rio Chandless, no Acre; Rio Inauíni, e Rio Sepatini, no Amazonas), com o objetivo de identificar limites "prováveis" de unidades de conservação, cuja criação seria proposta no futuro. Contudo, alguns meses após a aprovação do PAD, a legislação brasileira criou uma nova e fundamental categoria de unidade de conservação - a Reserva Extrativista - que até então consistia apenas de reivindicação dos seringueiros.

Logo após o estabelecimento legal desse tipo de unidade o IBAMA, num esforço sem precedentes, criou as Reservas Extrativistas Alto do Juruá e Chico Mendes, ambas no Estado do Acre, envolvendo uma área de cerca de 1,5 milhão de hectares. Observe-se que essas áreas já foram desapropriadas e estão sob o controle do IBAMA. Desde então a proposta de estudo de uma possível unidade no Rio Chandless deixou de ser pertinente, e a prioridade passou a ser a viabilização das Reservas Extrativistas. Por essa razão, o estudo constante do PAD foi cancelado.

Por sua vez as duas unidades propostas para estudo no Estado do Amazonas também foram canceladas, por incidirem sobre novos limites definidos para áreas indígenas já criadas na região dos rios Inauíni e Sepatini. Como se verá no Programa Comunidades Indígenas, após a aprovação do PAD ocorreu profunda reformulação na política indigenista brasileira, a qual resultou no cancelamento da proposta de criação de "Colônias Indígenas".

Assim, esse projeto não foi e não será executado, não devendo porém ser encarado como tendo ocorrido uma redução das metas do PAD, pelas razões explicitadas acima. Houve em verdade uma reprogramação substancial das metas de todo o Programa de Áreas de Proteção, em decorrência das mudanças institucionais (extinção do IBDF e da SEMA, e criação do IBAMA), e da criação das Reservas Extrativistas.

E) Projeto: Estação Ecológica do Amazonas

Logo após a aprovação do PAD foi efetuada a caracterização geomorfológica da área proposta para criação de Estação Ecológica (vertentes dos rios Coti e Ciriquí), bem como realizados levantamentos de campo dos fatores antropológicos, biológicos e geomorfológicos. Os estudos avançaram até o ponto de propor um polígono estabelecendo os limites de uma possível unidade de conservação. Além do IBAMA participaram desse trabalho diversos profissionais da Universidade de Brasília e da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Contudo, algumas informações levantadas indicavam a possibilidade de existirem índios Apurinã no interior dessa área, razão pela qual a FUNAI também foi inserida no projeto. Observe-se que de acordo com a legislação brasileira, uma vez constatada a existência de índios num determinado espaço, estes passam a ter prioridade absoluta sobre ele. Desta forma em 1992 uma equipe integrada por antropólogo, engenheiro florestal e outros profissionais pertencentes à FUNAI, IBAMA e ao Ministério do Meio Ambiente percorreu a região delimitada, tendo concluído porém que não existem índios residindo ali. Alguns poucos índios

utilizam uma área vizinha àquela proposta como Estação Ecológica, apenas para a sua sustentação econômica, não se caracterizando a região estudada como área indígena. Constatou-se ainda que lá não existem outros moradores.

Assim, somente agora o IBAMA está em condições de iniciar efetivamente o trabalho de criação dessa Estação, aprofundando os estudos botânicos, de fauna, solos, etc. Prevê-se que uma equipe do órgão irá se deslocar até a área tão logo haja recursos disponíveis, pois considera-se de fundamental importância a criação dessa unidade: trata-se de área que contém dois tipos distintos de vegetação de savana (cerrado), localizados muito próximos, o que não é comum. De acordo com algumas teorias esses seriam "campos ancestrais", anteriores à floresta tropical, sendo os únicos desse tipo existentes em toda a Amazônia, o que justificaria a criação dessa unidade. O prosseguimento desse trabalho está fortemente condicionado à continuidade do PMACI.

F) Projeto: Área de Proteção Ambiental (APA) do Acre

Esse projeto foi bastante prejudicado em 92 com a demora na liberação dos recursos, não somente pela desvalorização do orçamento, mas porque a liberação coincidiu com a estação de chuvas, dificultando e atrasando os levantamentos de campo, tendo em vista as dificuldades de locomoção na área.

Essa atividade está agora sob a responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC), que a está desenvolvendo com apoio técnico da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), IBAMA, e Universidade Federal do Acre (UFAC).

No momento estão sendo realizados os levantamentos preliminares de solos, geomorfologia, fauna, e vegetação, envolvendo nove áreas amostrais localizadas no interior da área sob estudo (bacia hidrográfica do Riozinho do Rola, afluente do Rio Acre). Um total de 29 técnicos encontravam-se em atividades de campo em meados do mês de fevereiro, prevendo-se a sua permanência no local por aproximadamente um mês.

O IMAC espera concluir o diagnóstico preliminar até junho, quando seria determinada a viabilidade de criação da APA. Estima-se que a partir de então seria necessário um ano mais para criar e delimitar a APA.

O prosseguimento desse projeto está fortemente condicionado à continuidade do PMACI, uma vez que até o momento o IMAC não foi bem sucedido em levantar recursos de outras fontes com essa finalidade. É importante frisar que esse projeto tem-se revelado importante, tanto pela necessidade de se preservar a área em estudo, como pelo aprendizado que dele decorre para os técnicos de várias instituições do Acre. Assim, a APA está sendo um verdadeiro "laboratório" em termos de capacitação profissional, consistindo de experiência acumulada que certamente contribuirá para a criação de outras unidades de conservação de responsabilidade do Estado. A contribuição do projeto vai além, no sentido de que também aperfeiçoa os setores de educação ambiental e de fiscalização do IMAC.

G) Projetos: Assentamentos Extrativistas (Macauã, Santa Quitéria, São Luiz do Remanso e Antimari)

Toda a estratégia de atuação proposta para os Projetos Extrativistas, de responsabilidade do INCRA, foi revista em profundidade, a partir de 1990, com a criação das Reservas Extrativistas, de responsabilidade do IBAMA. Novas prioridades passaram a ser definidas através do CNS e outras entidades, como Sindicatos, Cooperativas, Associações, e ONGs que atuam nessa questão. Deve-se destacar que os quatro Projetos Extrativistas constantes do PAD abrangiam uma área de aproximadamente 440 mil hectares, sendo que após a criação das Reservas aplicou-se em mais de 1 milhão de hectares a área destinada a esse tipo de unidade, considerando-se apenas a região de abrangência do PMACI localizada no Estado do Acre.

A demarcação da Reserva Extrativista Chico Mendes consistiu, num primeiro momento, na prioridade "zero" dos seringueiros, tendo sido concluída ao final de 1991, com recursos do PMACI. Em seguida, a viabilização econômica das Reservas passou a ser o maior desafio, tanto para o governo como para as instituições da sociedade civil. Nessa perspectiva o IBAMA criou em sua estrutura o CNPT (Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), unidade de gestão e coordenação de planos, programas e projetos voltados para as populações que tradicional e culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais e renováveis.

No PAD o apoio ao extrativismo concentrava-se na educação, saúde e desenvolvimento comunitário, metas que foram mantidas. Porém, com a criação de outras áreas protegidas para a atividade dos seringueiros, e considerando a existência de uma multiplicidade de instituições que atuam naquelas questões, o PMACI adequou-se para ampliar seu apoio, reforçando e/ou complementando o trabalho de diversos organismos não contemplados no PAD.

Esse foi o caso, por exemplo, do CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia), ONG que desde 1983 trabalha com os problemas de saúde e de educação de seringueiros. Ao longo da sua existência o CTA desenvolveu importante experiência educacional - o Projeto Seringueiro - através do qual foi criado um método específico de alfabetização, e mediante o qual são formados professores para atuarem diretamente nas áreas de extrativismo. O CTA já formou cerca de 50 professores, 20 dos quais foram contratados pela Secretaria de Educação do Acre. O trabalho dessa instituição abrange um total de 33 escolas das Reservas Chico Mendes, São Luis do Remanso, Cachoeira e Santa Quitéria. Ao descentralizar-se o PMACI, o CTA foi respaldado em suas atividades pelo projeto, compatibilizando-se as metas do PAD ao quadro delineado com a criação das novas Reservas, assim como às ações que já se encontravam em execução.

Além do CTA receberam recursos do PMACI as seguintes instituições: CNS, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira e Manoel Urbano, Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim (ASGM), e a Superintendência do IBAMA no Acre.

Em 91 e 92 o PMACI respaldou algumas ações fundamentais para o futuro das Reservas Extrativistas. Assim, para os seringueiros do Projeto Macauã, uma área onde tanto a ação governamental como das próprias ONGs havia sido pequena até então, o projeto tem se prestado a "quebrar a cadeia" de marreteiros, a incentivar a diversificação da produção e a melhorar a sua qualidade, observando-se ainda melhoria do nível nutricional das famílias beneficiárias - aproximadamente 200, nos municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano.

Por sua vez a Cooperativa de Xapuri ampliou, com recursos do PMACI, a capacidade de beneficiamento da sua usina de castanha-do-Brasil. Com as obras realizadas na sede da usina e com a construção de armazéns no interior das reservas, também está sendo possível melhorar a qualidade do produto final. Essa Cooperativa - que conta hoje com 244 associados - foi instalada com o apoio financeiro de instituições como a Cultural Survival, Fundação Ford, WWF, CNPT/IBAMA, e tem recebido apoio técnico das Universidades do Acre, Rio de Janeiro, Piracicaba, e Fluminense.

Em Brasiléia, onde se localiza o Projeto Santa Quitéria, o Sindicato de Trabalhadores executou ações voltadas a melhorar as condições de escoamento da produção, e a equipar algumas Associações de pequenos produtores.

O IBAMA está integrado a todo esse trabalho, sobretudo no Estado do Acre, apoiando as Reservas de diversas formas: construindo açudes para a produção de peixes, fornecendo mudas de castanha-do-Brasil, apoiando tecnicamente as instituições locais, repassando recursos através do CNPT, etc.

No ano de 93 foram realizados estudos e levantamentos, com recursos do PMACI, visando determinar a viabilidade de criação de Reserva Extrativista em Rondônia, na região do Rio Candeias. Tais estudos foram efetuados pelo CNPT e por uma ONG, atendendo reivindicação dos seringueiros daquela área.

Esse conjunto de atividades está sendo compatibilizado com a cooperação técnica estabelecida em 1992, entre o BID e o governo do Acre (FUNTAC), da qual também participam o CNS e o CTA. Desta forma garante-se a complementariedade entre os dois projetos.

Dentro da total reformulação desse projeto as ações ainda pendentes consistem basicamente em: implantação de mini-usinas de beneficiamento de castanha na área do Projeto Macauã, implantação de sistemas agroflorestais em unidades pilotos das Reservas, melhoria das condições de transporte de Projetos e Reservas, impressão de material didático para atender às necessidades do Projeto Seringueiro.

2.3 Programa: Fiscalização Ambiental

A) Projeto: Monitoramento Florestal

Com a criação do IBAMA e com a descentralização do PMACI, esse projeto sofreu profunda reformulação, uma vez que durante o período em que o PMACI

esteve paralisado a FUNTAC estruturou uma Divisão de Sensoriamento Remoto, a qual dispõe de um SITIM, equipamento que permite o processamento, análise e mapeamento de imagens digitais (SGI - System of Geographic Information). Aquela Divisão foi iniciada com recursos da própria FUNTAC e da International Tropical Timber Organization (ITTO), tendo ainda recebido apoio esporádico da FAO, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão do governo federal.

Desta forma seria duplicar esforços manter a proposta original do PAD de se estruturar no IBAMA, em cada um dos três Estados abrangidos pelo PMACI, um setor capaz de efetuar o monitoramento da cobertura florestal. Optou-se portanto em fortalecer o trabalho da FUNTAC, adquirindo-se equipamentos e imagens de satélite para aquela instituição. Definiu-se também que mediante convênios a FUNTAC prestaria apoio aos setores de fiscalização do IBAMA e do IMAC, elaborando diagnósticos sobre os desmatamentos, e fornecendo dados para o processo de licenciamento ambiental.

Uma das primeiras atividades da Divisão de Sensoriamento Remoto foi elaborar e publicar o documento "Monitoramento da Cobertura Florestal do Estado do Acre", com dados dos desmatamentos efetuados até 1987. Posteriormente, com a aquisição de imagens através do PMACI, o documento foi atualizado de modo a incluir o incremento verificado nos desmatamentos até 1989. Esse trabalho está concluído e disponível na FUNTAC, embora não publicado, pois a demora na liberação de recursos impossibilitou a execução dessa meta. Durante este primeiro semestre de 93, com as imagens já disponíveis, a FUNTAC irá atualizar o "Monitoramento" até o ano de 91, prevendo-se a conclusão do documento até julho próximo, a depender da disponibilidade de recursos para tal fim.

Dentre as demais atividades desenvolvidas pela Divisão merecem ser mencionadas a elaboração de mapas temáticos (solo, vegetação, etc) para as Reservas Extrativistas do Acre e para a Floresta Estadual do Antimari (localizada dentro dos limites geográficos do PMACI); a elaboração de mapas básicos para o zoneamento agro-ecológico-econômico; e a prestação de serviços para a iniciativa privada, voltados basicamente para auxiliar o planejamento da ocupação do espaço de propriedades particulares.

Esse projeto foi relativamente mais penalizado, em 92 e 93, pela demora na liberação de recursos, uma vez que envolve a aquisição de equipamentos e materiais sofisticados, cujos preços se defasam rapidamente, por estarem atrelados ao valor da moeda americana. Para dar-se por cumpridas as suas metas seria necessária a aquisição e interpretação de imagens de satélite relativas aos últimos meses de 92; a publicação dos relatórios antes mencionados; e a elaboração de cadastro contendo informações atualizadas das propriedades da região, de modo a fornecer instrumento adequado para o trabalho de fiscalização dos órgãos ambientais, federais e estaduais. Observe-se que essa última meta necessitaria ser desenvolvida juntamente com o IBAMA, INCRA e IMAC.

B) Projeto: Apoio Aéreo à Fiscalização

Esse projeto foi integralmente cumprido pelo IBAMA, com recursos de outras fontes. Em 1989 o IBAMA criou o Programa Emergencial para a Amazônia Legal, com recursos do Banco Mundial, o qual permitiu a realização da "Operação Amazônia", de fiscalização aos desmatamentos, queimadas e exploração de madeira. Para tanto foram colocados helicópteros em pontos estratégicos de toda a Amazônia brasileira, durante os meses de estiagem, tendo sido fornecidos recursos aos órgãos estaduais de meio ambiente, assim como às Superintendências do IBAMA nos estados, para que eles se equipassem adequadamente (aquisição de veículos, sistemas de rádio, barcos, etc) e tivessem condições de operar (pagamento de diárias para deslocamentos de equipes, contratação de apoio técnico, etc). A Operação prosseguiu em 90 e 91, com recursos do próprio IBAMA e do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Para tratar especificamente da questão das queimadas, o IBAMA criou o PREVFOGO, programa que utiliza informações diárias do satélite meteorológico NOAA. Esse programa engloba: prevenção (educação), controle (monitoramento), combate (incêndios não controlados, especialmente em unidades de conservação), pesquisa e treinamento. Em 93 o PREVFOGO deverá contar com recursos do PNUD, consultoria da FAO, e apoio técnico do Serviço Florestal dos Estados Unidos.

C) Projeto: Estruturação e Operacionalização da Fiscalização

Esse projeto também foi totalmente cumprido, tendo sido construídos os Postos de Fiscalização previstos, assim como executadas obras e adquiridos equipamentos para as Superintendências do IBAMA nos três Estados (Acre, Rondônia e Amazonas), e também para o Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC). Foram ainda realizados treinamentos para técnicos e fiscais da região envolvidos diretamente com a fiscalização.

Deve-se notar que no momento em que foi encaminhado à Sede o FAX nº 623.1666 (19.II.93), com a estimativa do grau de avanço do PMACI, a Representação do BID no Brasil ainda não dispunha das informações finais sobre a execução desse projeto, no ano de 92 e início de 93. Assim, ao invés dos 95% de avanço mencionados no referido FAX pode-se considerar cumpridas 100% das metas especificadas no PAD.

D) Projeto: Proteção e Manejo de Quelônios

Também esse projeto já foi integralmente cumprido, embora o IBAMA prossiga na sua execução com recursos próprios e de outras fontes. Observe-se que o Projeto Quelônios foi implantado no Estado do Acre em 1985, e hoje efetua a proteção efetiva de nove praias, o que representa a proteção de 500 matrizes de tartaruga, 450 matrizes de tracajá, e 3200 iacás. Ele dispõe de duas bases físicas flutuantes, e conta com motores e canoas em todos os "tabuleiros". As autoridades locais, como prefeitos e delegados, têm propiciado amplo apoio a essa atividade.

Seus objetivos básicos são: exercer o controle e a fiscalização dos "tabuleiros" de modo a garantir o processo de reprodução dos quelônios, e conseqüentemente a perpetuação das espécies; desenvolver pesquisas no sentido de provar a viabilidade do consórcio quelônios/peixes; promover campanhas educativas junto à população ribeirinha; evitar o comércio ilegal e coibir a pesca predatória; e coletar dados relativos à reprodução, para repassá-los aos interessados no cultivo racional desses répteis.

2.4 Programa: Educação Ambiental e Extensão Florestal

A) Projeto: Educação Ambiental

Esse projeto vem sendo executado pelo IBAMA, IMAC, Fundação Cultural do Acre, CTA, Fundação SOS Amazônia, e Instituto de Pré-História Antropologia e Ecologia (IPHAE). Foram mantidas as metas principais do PAD, a saber: promover cursos para diferentes clientelas; planejar e desenvolver ações visando a incorporação da educação ambiental nas atividades de extensão e de fiscalização; e produzir e divulgar material de apoio. Para que o projeto seja considerado totalmente executado pelo PMACI restariam algumas ações a nível da produção de material e da sua divulgação, além da realização de cursos específicos para técnicos, pequenos produtores rurais, índios e seringueiros.

B) Projeto: Extensão Florestal

Na atual etapa do PMACI esse projeto transformou-se num dos mais importantes, considerando que em anos recentes a questão do desenvolvimento sustentável passou a ser primordial para a Amazônia. As linhas gerais do PAD foram mantidas, sendo as principais metas: melhorar a qualidade de vida da população rural, por meio de aproveitamento racional dos recursos florestais disponíveis; levar ao pequeno e médio produtor rural as técnicas adequadas de utilização dos recursos naturais disponíveis, incluindo técnicas agrosilvipastoris; incentivar o plantio de espécies florestais por meio da produção e distribuição de mudas; recuperar áreas degradadas; conscientizar a comunidade local para a importância da conservação e preservação dos recursos naturais; e melhorar a eficiência da pequena e média indústria florestal.

Na região do Acre/Rondônia vem se desenvolvendo, desde o final de 1989, uma experiência inovadora e bem sucedida de recuperação de área degradada, através do plantio de frutíferas nativas, especialmente cupuaçu, castanha-do-Brasil, e pupunha. Trata-se do Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado), o qual é executado por pequenos colonos: até o final de 92 esse Projeto contava com cerca de 220 associados, que já reflorestaram uma área de aproximadamente 400 hectares. Em 93 estima-se que 130 novos colonos entrarão no Projeto para reflorestar outros 180 hectares.

Os primeiros plantios começaram a produzir no ano passado, esperando-se um crescimento surpreendente do volume de produção para os próximos anos, em particular do cupuaçu, fato que está a exigir investimentos no beneficiamento

e na organização de mercados. Estados Unidos e alguns países europeus estão importando o cupuaçu a nível suficiente para garantir um volume de demanda adequado à oferta prevista, sem falar do mercado interno do centro-sul do Brasil. Em 92 a produção de cupuaçu foi de 10 toneladas, estimando-se que em 93 será de 40 toneladas, e em 94 de 300 toneladas.

A importância do Projeto RECA, que iniciou-se com o apoio da CEBEMO (instituição holandesa), e que também recebeu recursos do PMACI em 91 e 92, está não somente na recuperação da área degradada que ele enseja, mas por consistir na primeira alternativa concreta para melhorar substancialmente as condições de vida dos pequenos colonos, que até então limitavam-se a produzir para a própria subsistência. Estima-se que 3 hectares de reflorestamento com aquelas frutíferas serão suficientes para manter uma família de 5 pessoas com níveis adequados de renda. Desta forma o RECA transformou-se em verdadeiro modelo para a região, e hoje outras experiências semelhantes já se iniciaram ou estão começando, todas bastante animadoras, seja a nível econômico, seja ambiental.

Uma delas é o Projeto PREPAM (Projeto Econômico para Ajuda Mútua), localizado na mesma região do RECA - às margens da rodovia BR-364 - cujo impulso inicial deveu-se ao PMACI, embora outros apoios tenham surgido posteriormente, tanto de instituições nacionais quanto internacionais. Do PREPAM participam 83 famílias, que já reflorestaram cerca de 230 hectares (150 hectares em 91, e 80 em 92), devendo ser incorporadas outras 35 famílias em 93, as quais irão recuperar cerca de 70 hectares.

Projetos como esses começam a apresentar resultados após um período de 4 anos, durante o qual necessitam de recursos financeiros e apoio técnico para se manterem. Dado seu caráter inovador para a região e para os colonos, e considerando ainda os problemas de beneficiamento e de mercado é fundamental que as instituições financiadoras tenham clareza quanto à necessidade de continuidade em seu apoio, de modo a não se perder toda a experiência, a qual é bastante promissora em termos da alternativa que propõe para algumas regiões da Amazônia.

Duas experiências semelhantes iniciaram-se em 91, com apoio do PMACI, no município de Brasiléia (Acre), nas imediações do Projeto Extrativista Santa Quitéria: uma desenvolvida por Associação de colonos (Agronorte), e outra que contou com a orientação da FUNTAC.

Outras ações importantes no âmbito da extensão estão sendo executadas pela Superintendência do IBAMA no Acre. Uma delas - ampliação da infraestrutura da Estação de Piscicultura do Acre - desenvolvida com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado. Junto com Associações e Sindicatos estão sendo implantadas diversas unidades demonstrativas de produção de pescado. Além disso o IBAMA estruturou completamente um Posto de Fomento Florestal (POFOM) no Acre, o qual está hoje em condições de atender à demanda de mudas de castanha-do-Brasil inclusive de Rondônia. Ainda através do IBAMA a Associação de Pescadores do município de Sena Madureira vem sendo apoiada em suas atividades.

A FUNTAC desenvolve também uma experiência de implantação de floresta em área degradada de Projeto de Colonização, através do plantio homogêneo e consorciado de espécies madeireiras de valor econômico, com o objetivo de avaliar melhor o seu comportamento.

Por sua vez a EMATER-Acre criou em 1991 o Grupamento de Extensão Florestal, tendo propiciado capacitação em sistemas agroflorestais a 10 dos seus técnicos que atuam diretamente no campo, os quais receberam treinamento inclusive em Centros de Excelência do exterior (México e Costa Rica). Em 92, através de convênio IBAMA-EMATER desenvolveram-se ações com o objetivo de orientar os pequenos produtores no manejo da criação apícola.

Finalmente uma ação que também merece destaque foi o apoio prestado através do IPHAE para a aquisição de alguns equipamentos para a Unidade Florestal Demonstrativa "Vai-quem-querzinho", localizada nas imediações da Reserva Extrativista Chico Mendes, onde há três anos são desenvolvidos experimentos e pesquisas voltados para a silvicultura tropical, criação de animais, agricultura de subsistência e infraestrutura básica, experiência iniciada em 1990 com o apoio da Fundação Mata Virgem (Noruega). Ressalte-se que assim como o Projeto RECA constitui talvez o mais importante experimento ora em execução junto aos pequenos agricultores, essa Unidade Demonstrativa representa para os seringueiros e suas Reservas Extrativistas um caminho sólido para estimular a diversificação da produção e a exploração sustentada dos recursos florestais.

No âmbito do PMACI o Projeto de Extensão Florestal está praticamente cumprido. Deve-se ressaltar contudo, que as atividades financiadas em anos recentes, como é o caso dos Projetos RECA e PREPAM requerem um prazo de maturação maior, devendo ser vistas mais como um processo do que como ações pontuais. Enquanto processo destinado a criar alternativas para o desenvolvimento sustentável seria necessária a presença do PMACI por mais um ano, considerando que a partir de 1994 os resultados econômicos dos projetos de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas serão suficientes para que as iniciativas mencionadas possam caminhar por conta própria.

2.5 Programa: Comunidades Indígenas

A) Projeto: Saúde Indígena

Esse projeto vem sendo executado pela FUNAI, União das Nações Indígenas (UNI), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A Secretaria de Saúde do Acre participa através da contratação dos agentes de saúde índios, e do fornecimento de medicamentos e material descartável. Cumpre ressaltar que a descentralização do PMACI permitiu a incorporação daquelas três ONGs como executoras, as quais não haviam sido consideradas na formulação original do PAD. Observe-se que as ONGs possuem tradição nesse tipo de trabalho na região, contando com profissionais qualificados e treinados, estando melhor aparelhadas do que a própria FUNAI para a prestação da assistência de saúde aos índios.

Cada uma dessas instituições atua numa área geográfica definida em comum acordo, e segundo seus conhecimentos e relacionamentos com as distintas comunidades. A divisão do trabalho entre as entidades também ocorre em função da natureza das atividades (construção de infraestrutura, assistência, treinamento, etc). Eventualmente as visitas às áreas indígenas são realizadas conjuntamente por várias instituições.

A partir da retomada do PMACI foi efetuado um amplo levantamento junto às lideranças de todas as áreas indígenas abrangidas pelo projeto, levantamento que contou com a participação das entidades envolvidas com as questões de saúde, de modo a se atualizar as necessidades e prioridades desse trabalho, considerando-se que durante o período em que ele esteve paralisado algumas das ações previstas no PAD foram executadas com recursos de outras fontes, ou considerando-se novos problemas, como é o caso do surgimento da cólera na Amazônia; da alta incidência de hepatite delta no município de Pauini em anos recentes; e o grave problema de malária que afetou a comunidade Kaxarari, decorrente da exploração de pedreira para a pavimentação da rodovia, pedreira essa que se localizava no interior da área indígena.

Assim, foram mantidas as ações básicas especificadas no PAD (imunização, assistência médico-sanitária, melhoria da infraestrutura, aquisição de equipamentos, melhoria das condições sanitárias nas aldeias, e treinamento de monitores de saúde), porém adaptando-se e integrando-se o projeto ao trabalho já em execução pelas instituições envolvidas.

No âmbito do PMACI, para que esse projeto se dê por cumprido restam ainda pendentes:

- a) concluir o programa de vacinação: com os atrasos na liberação de recursos foi possível aplicar, até o momento, no máximo 2 doses de vacina, sendo que em algumas aldeias apenas 1 dose foi ministrada;
- b) concluir a formação de monitores de saúde índios efetuando treinamentos nas próprias aldeias, de modo a complementar o treinamento ministrado em Rio Branco;
- c) prosseguir com o acompanhamento da comunidade Kaxarari (que reside na área indígena localizada mais próxima à BR-364) e que foi fortemente afetada pela malária em anos anteriores. Parte substancial dessa comunidade está sofrendo de anemia, resultante da prolongada exposição à malária;
- d) intensificar a assistência a índios e ribeirinhos residentes no sul do Amazonas, especialmente no município de Pauini, região que tem se caracterizado por alta incidência de doenças tropicais (hepatite delta, hanseníase, leishmaniose, febre negra e fogo selvagem);
- e) elaborar material didático para apoiar o trabalho dos monitores de saúde.

B) Projeto: Educação Indígena

A execução desse projeto está a cargo da FUNAI, CPI-AC, UNI e CIMI. Observe-se que os procedimentos adotados para a definição dos planos de trabalho e divisão de atribuições obedecem aos mesmos critérios indicados para a questão de saúde.

Também foram mantidas as ações básicas incluídas no PAD (reforma, equipagem e construção de novas escolas em áreas indígenas; apoio ao estudante com fornecimento de material didático-escolar; formação de monitores educacionais), embora após consulta às comunidades beneficiárias hajam sido reformuladas as metas específicas.

Esse projeto também beneficiou-se da incorporação das ONGs, pois são elas que há mais de uma década estão elaborando material didático bilingue específico para as várias comunidades da região. A Secretaria de Educação do Acre participa contratando monitores índios formados pelas ONGs, e fornecendo material escolar.

As ações pendentes no âmbito do PMACI são:

- a) elaborar material didático específico para a língua Apurinã (envolve diversas comunidades do sul do Estado do Amazonas), para o qual ainda não foi concluída a pesquisa linguística;
- b) introduzir a disciplina "Ciências" na formação dos professores índios;
- c) completar a infraestrutura de escolas nas aldeias (construção e reparos);
- d) imprimir material didático (Português, Língua Indígena, Matemática e Geografia) para atender às comunidades para as quais ele já está elaborado.

C) Projeto: Atividades Produtivas

Esse projeto está sendo executado, além da FUNAI, pela UNI, CIMI, Superintendência do IBAMA no Estado do Acre, contando com importante apoio do PESACRE (Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre) e da Fundação Cultural do Acre. Os comentários de ordem geral feitos para saúde e educação também são pertinentes neste caso.

Esse projeto foi o mais prejudicado em 92, com a demora na liberação dos recursos, uma vez que ele envolvia a aquisição de muitos equipamentos, cujos preços aumentaram acima da inflação, como é o caso de veículos. A atual crise do setor gomífero brasileiro também afetou negativamente diversas comunidades indígenas, cujos estoques de latex não encontram mercado para o produto.

As ações executadas conformam-se às especificadas no PAD (apoio ao extrativismo, agricultura, pequena pecuária, comercialização e assistência técnica). Ressalte-se que está sendo desenvolvido junto à comunidade indígena Apurinã de Boca do Acre, um projeto inovador voltado para a recuperação de área degradada, através da implantação de sistemas agroflorestais. O objetivo é usar essa experiência como modelo para outras intervenções em áreas indígenas.

Além disso, o IBAMA construiu em três áreas indígenas, açudes para a criação de peixes, contribuindo dessa forma na busca de alternativas de produção e melhoria do nível nutricional daquelas comunidades.

Seguramente este é um dos projetos importantes do PMACI, talvez não suficientemente conhecido e analisado pelo governo brasileiro e pelo próprio BID, uma vez que a implementação de alternativas de exploração junto àquelas comunidades é o caminho para garantir sua autonomia, ao mesmo tempo em que

propicia adequada exploração dos recursos. Observa-se já como resultado que os índios de algumas áreas estão conseguindo libertar-se da tradicional dependência em relação aos "marreteiros", primeiro passo na conquista da sua autonomia enquanto membros de grupos étnicos diferenciados.

Para considerar-se cumprido esse projeto seria necessário completar a aquisição de equipamentos e animais de criação, de modo a atender às necessidades identificadas dentro de cada área. Além disso, em decorrência da mencionada desvalorização do orçamento, não foi possível introduzir em outras áreas indígenas, os modelos agroflorestais.

D) Projeto: Índios Isolados

Esse projeto foi ampliado em relação à proposta original do PAD, pois tão logo a FUNAI iniciou a sua implementação constatou-se a existência de outros índios na área de abrangência do PMACI, com pouco ou nenhum contato. Em 91 e 92 foram estabelecidos 6 pontos de pesquisa e atuação, visando a localização, vigilância da área de perambulação, e assistência aos grupos indígenas isolados.

Dos 6 pontos nos quais constatou-se a presença de índios isolados a FUNAI já atuou em 5, restando iniciar o trabalho na cabeceira do Rio Iaco, próximo à Área Indígena Mamoodate, no Estado do Acre, fronteira com o Peru, trabalho esse previsto para ser executado em 93.

E) Projeto: Infraestrutura dos Postos Indígenas

Esse projeto sofreu profunda reformulação, em decorrência de mudanças ocorridas na forma de atuação da FUNAI em relação à assistência às áreas indígenas. À época da aprovação do PAD previu-se a construção de 5 Postos Indígenas, sendo 2 localizados em municípios do Acre, e 3 em municípios do sul do Amazonas. A finalidade desses Postos era oferecer condições para atuação dos técnicos da FUNAI responsáveis pelos trabalhos de campo.

Contudo, em anos recentes, tendo em vista a grande ociosidade constatada nos Postos da FUNAI, nessa e em outras regiões, a coordenação do PMACI optou por rediscutir o projeto com a FUNAI, com as lideranças indígenas, e com as instituições não-governamentais que atuam na questão. Não houve concordância na discussão, sendo cada caso avaliado separadamente, o que provou ser adequado, tendo em vista a diversidade de situações existente.

Dos 5 Postos previstos, o do município de Lábrea (Amazonas) foi totalmente construído e equipado em anos anteriores, pela FUNAI. Em Assis Brasil (Acre), onde os próprios índios já possuíam um espaço próprio, optou-se por reformá-lo, considerando-se desnecessária a construção de outro espaço para a FUNAI. Em Boca do Acre (Amazonas) os índios Apurinã manifestaram-se veementemente contrários à construção de Posto para FUNAI, razão pela qual nada foi feito. A exemplo de Assis Brasil, também foi efetuada reforma de casa de propriedade dos próprios índios em Manoel Urbano (Acre), tornando desnecessária

a construção de Posto para a FUNAI em Sena Madureira, dada a proximidade dos dois municípios. Finalmente no município de Pauini (Amazonas) nenhuma ação foi empreendida até o momento. Atendendo a reivindicação da UNI, o PMACI apoiou a reforma de espaço pertencente àquela insituição, localizado em Rio Branco, espaço esse que é utilizado como alojamento e local de reunião de índios.

F) Projeto: Administração Regional de Rio Branco

Esse projeto foi integralmente cumprido, sendo desenvolvido em grande parte com recursos da própria FUNAI, já que optou-se por alocar os recursos do PMACI, preferencialmente para os projetos que beneficiassem diretamente as comunidades indígenas. Por outro lado, aquela Administração Regional realizou um grande esforço para instalar-se em sede própria, construída em terreno cedido pelo Governo do Acre, tendo o PMACI apoiado a aquisição de alguns equipamentos para a referida sede, assim como a realização de pequenas obras.

G) Projeto: Demarcação e Regularização de Terras Indígenas

Embora constante do PAD esse projeto não é executado com recursos do PMACI, tendo sido incluído apenas para indicar a disposição do governo em relação à demarcação das terras indígenas localizadas na área de abrangência do PMACI. Constam do PAD 25 territórios, os quais foram enquadrados em duas categorias: "Áreas Indígenas" e "Colônias Indígenas", esta última criada em 1988 pelo governo brasileiro através de Decreto presidencial. Tal decisão foi muito questionada à época, pelos índios e pelas entidades de assessoria à causa indígena, uma vez que representaria uma tentativa de dividir os índios em "puros" (que residiriam em Áreas) e "civilizados" (que residiriam em Colônias).

A disposição do governo brasileiro de impor a denominação de "Colônias" a algumas "Áreas" resultou em confronto que levou a um impasse nas negociações em torno do projeto, em maio de 1988. Esse impasse somente foi superado com a subscrição de um acordo formal envolvendo diretamente o BID e o governo federal, e indiretamente o governo do Acre, índios e ONGs. Mediante esse acordo o governo brasileiro dispunha-se a executar primeiro as ações de saúde, educação e desenvolvimento, para somente depois apresentar formalmente a sua proposta de demarcação. Caso a comunidade rejeitasse a proposta (era então evidente que as comunidades enquadradas como Colônias muito provavelmente a rejeitariam), aquele território não seria demarcado.

Contudo, o Decreto presidencial que criava as Colônias foi revogado em 1990, voltando-se à situação anterior: todos os territórios ocupados por índios seriam demarcados como Áreas Indígenas. Desta forma o impasse anterior foi totalmente superado, e abriu-se um caminho mais harmonioso para a execução não só desse projeto como de todo o Programa Comunidades Indígenas. Com a posterior descentralização do PMACI, e sobretudo com a ampla e democrática discussão das suas ações, esse Programa do PAD deixou de ser um dos mais problemáticos, para se transformar em exemplo de participação dos beneficiários.

Neste momento a situação legal das terras indígenas constantes do PAD é a seguinte:

1. Área Indígena (A.I.) Mamoadate - já demarcada
2. A.I. Cabeceiras do Rio Acre - a área proposta inicialmente para demarcação foi ampliada em 1991, após a realização de estudos, atendendo a reivindicação dos índios. A proposta de demarcação está concluída, e a sua execução é um dos projetos da FUNAI incluídos no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, a ser financiado pelo Grupo dos Sete (G-7)
3. A.I. Alto Purus: os índios realizaram uma "auto-demarcação". A proposta de demarcação oficial está pronta e seu financiamento também deverá ocorrer através do Programa Piloto
4. A.I. Teuini/Inauini: o PAD contemplava duas áreas distintas (A.I. Teuini e A.I. Inauini). Contudo, após a realização de estudos antropológicos e com o total apoio e consentimento dos índios elas foram unificadas. A proposta de demarcação está pronta e a execução será financiada pelo Programa Piloto
5. A.I. Água Preta/Inari: em 91, após a realização de estudos a proposta de área foi ampliada em relação à que constava do PAD. A execução da demarcação será financiada pelo Programa Piloto
6. A.I. Camadeni: proposta de demarcação pronta. A execução será financiada pelo Programa Piloto
7. A.I. Catipari/Mamoriá: proposta pronta/execução através do Programa Piloto
8. A.I. Guajahã: essa área está sendo demarcada neste momento (março/93) pela FUNAI, com recursos próprios
9. A.I. Peneri/Tacaquiri: o levantamento fundiário dessa área foi efetuado em 1992. A proposta de demarcação está concluída e será executada com recursos do Programa Piloto
10. A.I. Seruini/Marianê: proposta de demarcação pronta. A execução será financiada pelo Programa Piloto
11. A.I. Tumiã: proposta pronta/demarcação através do Programa Piloto
12. A.I. Sepatini: proposta pronta/demarcação através do Programa Piloto
13. A.I. Acimã: proposta pronta/demarcação através do Programa Piloto
14. A.I. São Pedro: proposta pronta/demarcação através do Programa Piloto

15. A.I. Paumari do Marahã: proposta pronta/demarcação através do Programa Piloto
16. A.I. Paumari do Ituxi: proposta pronta/demarcação através do Programa Piloto
17. A.I. Jarawara/Jamamadi/Kanamati: proposta pronta/demarcação através do Programa Piloto
18. A.I. Ciriquiqui: a área não será criada pois lá não residem índios, conforme constatado através de levantamentos de campo efetuados com a participação de índios. Ver mais detalhes sobre essa área no Projeto: Estação Ecológica do Amazonas
19. A.I. Capana: identificada em 1991, com recursos do PMACI. A proposta de demarcação está pronta e será executada com recursos do Programa Piloto
20. A.I. Apurinã (Km 124): já demarcada
21. A.I. Caititu: já demarcada
22. A.I. Kaxarari: já demarcada. Em 1991, após concluída a demarcação, atendendo a reivindicação dos índios, o PMACI financiou novos estudos que concluíram pela legitimidade da ampliação da área. Já foi concluída a demarcação desse acréscimo à A.I.
23. A.I. Boca do Acre: já demarcada
24. A.I. Camicuã: já demarcada

Além dessas A.I. (todas situadas no Acre e no sul do Amazonas), nos últimos anos o PMACI também tem prestado apoio e assistência às áreas localizadas em Rondônia, as quais não constam do PAD porque no momento em que aquele documento foi elaborado e negociado, o POLONOROESTE - programa de proteção ambiental para o Estado de Rondônia, financiado pelo Banco Mundial e executado na década de 80 - ainda subsistia e dispunha de recursos financeiros. É a seguinte a situação legal das terras dessas áreas:

1. A.I. Jacareúba/Katawixi: neste momento a FUNAI mantém uma equipe em campo, efetuando a revisão da proposta de limites. Localiza-se no interior dessa área um dos pontos de estudo da equipe do Projeto: Índios Isolados (ver acima). Prevê-se que até o final de 93 estará concluída a proposta de demarcação
2. A.I. Karitiana: já demarcada
3. A.I. Karipuna: os estudos de identificação da área serão realizados em 1993

4. A.I. Ribeirão: já demarcada
5. A.I. Lage: já demarcada
6. A.I. Uru-eu-wau-wau: já demarcada

3. Recursos liberados através do PMACI em 91 e 92 - Quadros Resumos

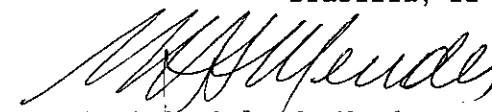
Por Programa do PAD

PROGRAMA	1991 (Cr\$1.000)	%	1992 (Cr\$1.000)	%
Comunidades indígenas	674.907,00	47	3.964.445,34	39
Educ.amb./ext. flor.	179.522,00	13	2.964.455,88	29
Áreas de proteção	447.448,00	31	2.426.994,24	24
Fiscalização amb.	135.973,00	9	819.636,54	8
T O T A L	1.437.850,00	100	10.175.532,00	100

Por tipo de instituição

Tipo de instituição	1991 (Cr\$1.000)	%	1992 (Cr\$1.000)	%
Organizações não-governam.	574.069,00	40	5.954.133,31	58
Órgãos federais	511.499,00	36	3.204.589,29	32
Órgãos estaduais	352.282,00	24	1.016.809,40	10
T O T A L	1.437.850,00	100	10.175.532,00	100

Brasília, 11 de março de 1993



Marco Antônio Salgado Mendes
Consultor